
A EXTENSÃO RURAL COMO FOMENTO AS TECNOLOGIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO: O ESTUDO DE CASO EM COMUNIDADES RURAIS EM ROSÁRIO OESTE-MT

SOUZA, Adriana Valentin de¹
CARVALHO, Adriana Santos Caparroz²
COSTA, Sandro Ribeiro da³
SOUZA, Paulo Augusto Ramalho de⁴

Recebido em: 2013.08.10

Aprovado em: 2014.01.31

ISSUE DOI: 10.3738/1982.2278.956

RESUMO: O conceito de extensão rural surgiu no Brasil, por meio da EMBRATER que definiu, em 1984, a extensão rural como um processo educativo com o objetivo de contribuir para a elevação a produção, da produtividade, da renda e da qualidade de vida das famílias rurais. Nesse sentido o objetivo do presente trabalho foi identificar como as práticas de extensão voltadas para as tecnologias e políticas públicas de extensão no campo podem auxiliar no desenvolvimento de assentamentos rurais, como no caso dos assentamentos do município de Rosário Oeste no Estado de Mato Grosso. O estudo de natureza qualitativa, buscou compreender como as pessoas interpretam as suas experiências, a forma como elas constroem seus mundos, e o significado que elas atribuem às suas experiências na interação com o mundo social. Para isso, foi elaborado um roteiro de entrevista estruturado que pudesse abarcar a expressão natural dos sujeitos, mas também, possibilitasse a aproximação com diferentes famílias nas quatro comunidades visitadas. Foi possível perceber um campo fértil para o trabalho de tecnologias sociais que despertem nos indivíduos a consciência do trabalho coletivo e da força da comunidade no rompimento das barreiras individuais e limitações impostas pelas próprias condições econômicas locais. Aparentemente, ações voltadas para tecnologias sociais que auxiliem no saneamento básico, aproveitamento de resíduos, sustentabilidade, comercialização de produtos e empreendedorismo rural são ações que podem trazer benefícios para as comunidades possibilitando maior proximidade à realidade local.

Palavras-chave: Extensão rural. Tecnologias. Políticas públicas

HOW THE EXTENT RURAL DEVELOPMENT TECHNOLOGIES AND POLICIES IN THE FIELD: A CASE STUDY IN RURAL COMMUNITIES IN ROSÁRIO OESTE-MT

SUMMARY: The concept of extension appeared in Brazil, through EMBRATER have set, in 1984, the extension of an education process with the goal of helping to increase the production, productivity, income and quality of life rural families. Accordingly the objective of this study was to identify the practices extension oriented technologies and policies extension in the field can assist in the development of rural settlements, as in the case of the settlements in the municipality of Rosario Oeste in the State of Mato Grosso. The qualitative study, we sought to understand how people interpret their experiences, how they construct their worlds, and the meaning they attribute to their experiences in interaction with the social world. For this, we designed a structured interview that would encompass the natural expression of the subject, but also make possible the approach with different families in four communities visited. It was possible to realize a fertile field for the work of social technologies which raise awareness in individuals and the collective work of community strength at break of individual barriers and limitations imposed by their own local economic conditions. Apparently, actions for social technologies to aid in sanitation, waste recycling, sustainability, product marketing and rural entrepreneurship are actions that can bring benefits to communities enabling closer proximity to the local reality.

Keywords: Rural extension. Technology. Public policy

¹ Graduanda em Administração Pública – Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT.

² Doutoranda em Administração – Universidade Presbiteriana Mackenzie, Professora do Departamento de Administração da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

³ Mestrando em Biociência Animal – Universidade de Cuiabá-UNIC.

⁴ Doutorando em Administração – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Professor do Departamento de Administração da Universidade Federal de Mato Grosso- UFMT.

INTRODUÇÃO

O serviço de extensão rural no campo é importante uma vez que se dirige à família agricultora abrangendo todos os integrantes que participam diretamente das ações propostas, recebendo informações sobre agricultura, pecuária, combate e prevenção de pragas e doenças nas plantas e prática de higiene pessoal, educação para a saúde, conservação e segurança de alimentos, entre outros.

A Extensão Rural trata da difusão, da disseminação do conhecimento por meios e métodos extraescolares como conferências, encontros, reuniões, palestras, oficinas, cursos, seminários, no contato direto com os agricultores, em seus lares e comunidades, com isso extensão é um processo educativo, informal de caráter continuado (CELINA, 2011).

Nesse sentido a presente pesquisa dispôs-se a tratar sobre a importância das Tecnologias e Políticas Públicas no campo celebrando a concepção de uma cidadania deliberativa na qual os atores empoderaram-se de consciência da sua função social e passam a ter uma presença ativa nos destinos da comunidade.

Como dimensão política desse novo modo de conceber o desenvolvimento promove-se a inclusão social de maneira que visualize a tecnologia através das políticas públicas como uma iniciativa mais eficaz para a solução dos problemas sociais relacionados ao campo. Existem também iniciativas que reforçam políticas públicas e lhes dão maior amplitude e qualidade, como é o caso da criação da figura dos agentes comunitários de saúde e dos programas de saúde da família.

A problemática central desta pesquisa teve por objetivo identificar como as práticas de extensão voltadas para as tecnologias e políticas públicas de extensão no campo podem auxiliar no desenvolvimento de assentamentos rurais, como no caso dos assentamentos do município de Rosário Oeste no Estado de Mato Grosso.

DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CAMPO

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos (EUA), rompendo com as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, ao qual concentravam mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Com isso, na Europa, a área de política pública surge como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado, ou seja, o governo como produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para os estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006).

A introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. Seu introdutor no governo dos EUA foi Robert McNamara que estimulou a criação, em 1948, da RAND Corporation, organização não governamental financiada por recursos públicos e considerada a precursora das usinas de ideias (*think tanks*).

O trabalho do grupo de matemáticos, cientistas políticos, analistas de sistema, engenheiros, sociólogos etc, buscavam mostrar como uma guerra poderia ser conduzida como um jogo racional. Com isso a proposta de aplicação de métodos científicos às formulações e às decisões do governo

sobre problemas públicos se expandiu depois para outras áreas da produção governamental, inclusive para a política social (SOUZA, 2006).

Na análise e avaliação de políticas implementadas por um governo, fatores de diferentes natureza e determinação são importantes. Especialmente quando se focaliza as políticas sociais e os fatores envolvidos para a aferição de seu sucesso exigindo, assim, um grande esforço de análise.

Estes diferentes aspectos devem estar sempre referidos a um contorno de Estado no interior do qual eles se movimentam. Torna-se importante aqui ressaltar a diferenciação entre Estado e governo sendo possível se considerar o primeiro como o conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação do governo; e segundo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (HOFLING, 2001).

A forte expansão das políticas públicas no Brasil foi impulsionada na década de 1980, pela transição democrática, ou seja, pelo deslocamento na agenda pública. Isto é, Durante os anos 1970, a agenda pública se estruturou em torno de questões relativas ao modelo brasileiro de desenvolvimento, onde a discussão limitava-se aos impactos redistributivos da ação governamental e ao tipo de racionalidade que conduzia o projeto de modernização conservadora do regime ditatorial.

Não obstante com o fim do período autoritário constatou-se que os obstáculos as políticas sociais efetivas continuaram existindo. No entanto, a as pesquisas em relação ao Estado levaram a um maior interesse sobre as condições de efetividade da ação pública (TREVISAM; BELLEM, 2008).

As políticas públicas têm base constitucional, mesmo que não expressamente, ou seja, a Constituição do Brasil de 1988 trouxe em seus artigos, os fundamentos da República, sendo eles os seguintes: a dignidade da pessoa humana, a soberania, a cidadania, os valores sociais e da livre iniciativa. Como objetivos, a Carta da República ainda consagrou, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional e erradicação da pobreza, a marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, e, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. É nesse diapasão que se assegura à necessidade de políticas públicas como garantia a reduzir as diferenças sociais.

Diante disso faz-se necessário compreender as políticas públicas na perspectiva evolutiva dos direitos de cidadania, para manter e consolidar a situação de justiça social. Ainda que numa sociedade haja justa distribuição de renda, assegure condições de igualdade e garanta os direitos básicos, haverá sempre cidadãos, tanto nas áreas urbanas ou no campo, que irão depender de apoio econômico e social (SECCHIM; PETTENE, 1999).

As políticas públicas implementadas para o rural brasileiro até os anos 1980 se fundamentaram em princípios e concepções que se originaram na década de 20. O essencial das políticas públicas estava voltado para promover o crescimento econômico, acelerando o processo de industrialização, o que era pretendido pelo Estado brasileiro, sem a transformação das relações de propriedade na sociedade brasileira (MEDEIROS, 2008).

Este cenário tomou como base uma representação do rural como agrícola, onde o crescimento substancial da produtividade deveria ser estimulado em função do crescimento econômico. Os investimentos no meio rural não foram efetivamente focados no objetivo de generalizar melhorias substanciais na qualidade de vida e nas oportunidades de prosperidade das populações que habitavam o interior brasileiro (FREITAS *et al.*, 2010).

O modelo desenvolvimentista adotado no Brasil trouxe graves consequências sociais e ambientais, além de inúmeras outras problemáticas para as populações rurais de baixa renda. Nesse contexto, estratégias para combater a pobreza no meio rural passaram a ser cruciais. Assim, as

políticas de desenvolvimento rural apontavam para o desenvolvimento territorial como uma estratégia para esta situação a qual, incorporada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), se estabelece como apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, à reforma agrária e ao reordenamento agrário assim se ajustando perfeitamente às prioridades de combate à pobreza e à fome, e ao desenvolvimento e integração regional (FREITAS *et al.*, 2010).

Desta forma, as políticas de desenvolvimento rural apresentam a pobreza rural como principal escopo de ação. A forma de enfrentar a pobreza do meio rural é uma das maneiras de se delinear as táticas dos processos de desenvolvimento. As estratégias do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apresentam um caráter de inovação em relação a esse aspecto. Propõe o reconhecimento da agricultura familiar e do acesso a terra como dois elementos capazes de enfrentar a raiz da pobreza e da exclusão social no campo e inclui a participação social como forma de melhorar a gestão pública (FREITAS *et al.*, 2010).

Com base nas discussões relacionadas com o fomento das políticas públicas para o campo evidencia-se a necessidade de uma maior participação dos atores locais na construção de políticas públicas efetivas, que levem em consideração suas características e especificidades locais. Assim, o desenvolvimento de ações de extensão nestas comunidades poderia auxiliar no entendimento destes atores de seu papel como protagonistas de sua cidadania.

TECNOLOGIAS E AS PRÁTICAS NA ÁREA RURAL

Como afirma Kenski (2007), o termo tecnologia aparece normalmente vinculado a equipamentos e aparelhos. Contudo, tal conceito “engloba a totalidade de coisas que a engenhosidade do cérebro humano conseguiu criar em todas as épocas, suas formas de uso, suas aplicações” (KENSKI, 2007, p. 23). Nesse sentido, as tecnologias desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade como um todo. Em seu processo de desenvolvimento histórico, ela é determinada pelas relações sociais e pelas estruturas de poder da sociedade.

Para Moura (2010), o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) é de fundamental importância para os Assentamentos e comunidades camponesas. A ideia é construir conhecimentos e transformar suas realidades com a ajuda das tecnologias. É a partir dessa perspectiva que as tecnologias objetivam colaborar nas melhorias da vida das comunidades rurais, articulando as novas tecnologias ao processo produtivo e avançando no desenvolvimento sustentável.

Para Santos e Santos (2011), o uso de tecnologias em assentamentos rurais são viáveis a partir do momento em que se consolida esta possibilidade numa determinada fração do território causando reflexos socioterritoriais na região em que se encontra. Desse modo, a aplicação de instrumentos tecnológicos, como tratores, fertilizantes, etc., contribuem para um aumento da produção nos assentamentos ou comunidades rurais. Sendo assim, o uso de tecnologias tem rebatimentos na qualidade da saúde, nos padrões de produção, nas relações e condições de trabalho e na vida dos pequenos agricultores.

Entretanto, pesquisas de campo demonstram que, os assentados da reforma agrária vêm propondo um novo modelo tecnológico que se baseia em técnicas de produção de alimentos saudáveis, com respeito ao ambiente e uso de insumos orgânicos, se colocando como uma estratégia viável para as perspectivas de reprodução social.

As novas descobertas científicas e tecnológicas, incluindo as tecnologias de informação, estão hoje integradas à produção de bem-estar e conforto inserida ao mundo doméstico, do trabalho, da

saúde, da segurança, dos transportes, informação e comunicação. Sendo assim, é possível afirmar que não há setores da vida das cidades ou dos campos que não tenham sido totalmente transformados pelo seu impacto.

A partir da ocupação dos campos, seja por meio de construção dos assentamentos advindos da reforma agrária, ou por outros processos de ocupação, as comunidades passam a ter a preocupação com o processo de produção de alimentos, visto que a vida no campo é fruto do seu próprio trabalho. Nesse processo de produção, observa-se a atuação das forças produtivas e do uso de tecnologias que vão dar suporte para as comunidades produzirem seus alimentos de forma mais eficaz (SANTOS; SANTOS, 2012). Com isso, o uso de tecnologias se torna um mecanismo viabilizador em assentamentos rurais.

No entanto, os autores fazem uma ressalva quanto aos efeitos sociais da tecnologia, ou seja, essas tecnologias devem ser concebidas como uma relação de forças produtivas que depende da atuação dos grupos sociais envolvidos no seu processo de desenvolvimento e no modo de sua utilização. Assim, os indivíduos, ao utilizarem os instrumentos tecnológicos na produção de alimentos devem pressupor o seu uso socialmente, interagindo com os outros membros da comunidade ou demais comunidades da região em uma forma de socialização dos meios de produção (SANTOS; SANTOS, 2012).

Nessa perspectiva, a tecnologia está sujeita ao conflito histórico entre os detentores dos meios de produção e a mão-de-obra assalariada. Para Santos e Santos (2012), o Movimento dos Sem Terra (MST) teve um papel importante no contexto nacional ao inserir o uso de tecnologia em assentamentos rurais, pressupondo um uso diferenciado, socialmente integrado com os demais assentados para produzir alimentos mais saudáveis. O comando de tecnologias pelos trabalhadores rurais rompe com o domínio empresarial, oferecendo oportunidade de uma vida mais digna no campo.

É imprescindível observar os reflexos sociais a partir do uso de tecnologia nos assentamentos de reforma agrária, pois o domínio das forças produtivas pelos trabalhadores/camponeses quebra com a dominação do capital sobre os trabalhadores e constitui uma nova forma de organizar o território (SANTOS; SANTOS, 2012).

Diante disso, pode-se dizer que as tecnologias são construídas socialmente à medida em que os grupos de consumidores, os interesses políticos e outros, influenciam, não apenas a forma final que toma a tecnologia, mas seu conteúdo. Isto projetaria um marco de significado, ao mesmo tempo em que explicaria como o ambiente social influencia o projeto de um artefato e como a tecnologia existente influencia o ambiente social (CANAVESI, 2011).

Canavesi (2011) cita alguns exemplos de tecnologias usadas nos assentamentos no desenvolvimento de pequenas máquinas e instrumentos que auxiliam o trabalho de colheita e beneficiamento de produto, ou seja, manejo e conservação dos solos com adubação verde, consórcio de cultivos, substituição do uso de herbicidas pelo trato mecânico com enxadas e foices em um trabalho coletivo em mutirão ou não, manejo biológico de pragas, utilização de caldas e biofertilizantes de produção caseira, seleção e preservação de sementes crioulas e demais materiais propagativos, sobretudo de espécies alimentares, dentre outras.

Outro ponto positivo demonstrado por Canavesi (2011) são os processos de aprendizado mútuo, experimentação e trocas de experiências entre camponeses. Isto é, são formas adotadas para desenvolver tecnologias apropriadas às unidades de produção. Podendo ser utilizados, dessa forma, cultivos consorciados e adubação verde, propiciando melhora na adubação e dispensando em grande medida o uso de adubos sintéticos externos. Muitos dos agricultores em transição agroecológica

dispensam o uso de agrotóxicos na lavoura, porém o uso de adubos sintéticos ainda é uma constante e um dos desafios colocados à sua abdicação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estrutura metodológica desta pesquisa teve o objetivo de dar suporte ao fenômeno políticas públicas e tecnologias em assentamentos rurais como é o caso do município de Rosário Oeste – MT, em virtude das características abstratas e relacionadas com a percepção dos atores locais com seu papel no meio.

A abordagem desse estudo é qualitativa, pois com base em Vergara (2009) visa identificar características subjetivas e não quantificáveis da relação objeto/problema de uma pesquisa. A pouca familiaridade com o objeto de estudo diz respeito ao número de pesquisas acadêmicas relacionadas com a prática da extensão rural na região da Baixada Cuiabana no estado de MT, reforçando que o objetivo da pesquisa seja exploratório, que segundo Gil (2002) essa abordagem tem o pressuposto de proporcionar um maior aprofundamento frente ao tema de pesquisa com vistas a torná-lo mais explícito, técnico e acadêmico.

Por fim, a pesquisa de campo foi realizada no mês de maio de 2013 no qual foram aplicados 54 questionados semi-estruturados em dois assentamentos e duas comunidades de Rosário Oeste - MT (Raizama, Passagem do Chiqueiro, Cedral Grande e Santa Helena), a análise dos dados foi realizada por meio de técnicas de estatística básica e da técnica da análise de conteúdo, que com base nas características dos dados tem por finalidade categorizar por meio de procedimentos sistemáticos a percepção dos atores frente ao objeto de estudo (VERGARA, 2009).

Por meio da prática de extensão, outra importante técnica foi utilizada para o entendimento da dinâmica dos assentamentos frente ao fenômeno das Tecnologias e Políticas Públicas, ou seja, a técnica da observação direta, que segundo Gil (2002) foi utilizado na interação pesquisador/comunidade com o intuito de descrever as características da prática rural cotidiana.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Rosário Oeste é um município brasileiro do Estado de Mato Grosso, localizado a 120 Km de Cuiabá, a capital do Estado. A agricultura tem grande importância na economia e cultura do município que possui uma área territorial de 7.475,563 Km² com população de 17.679 habitantes onde 58% residem na zona urbana e 42% na zona rural (IBGE, 2010). Conforme dados do IBGE (2010), o município possui o índice Gini de 43% da população sofrendo a incidência da pobreza. Com IDH de 0,715, o município está bem abaixo do IDH do Estado que é 0,796.

Foram selecionadas 4 comunidades rurais para a realização da pesquisa e, posteriormente, as ações de extensão: Passagem do Chiqueiro, Cedral, Raizama e Santa Helena III. As duas primeiras, são comunidades tradicionais do município formadas de forma aleatória nas proximidades de rios e demais recursos naturais. Raizama e Santa Helena III são assentamentos da Reforma Agrários criados a partir de 1998 como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1: Dados dos assentamentos participantes da pesquisa

Nome do Projeto	Área (ha)	Capacidade (fam).	Famílias	Data de Criação
RAIZAMA	2439,5	85	80	20/01/1999
SANTA HELENA	1660,0621	40	38	27/11/1998

Fonte: INCRA-MT, 2011.

Participaram das entrevistas os membros das famílias das comunidades selecionadas. Em cada comunidade, o grupo de pesquisadores e extensionistas (professores e alunos) visitaram as residências procurando identificar pessoas dispostas a realizar as entrevistas. As famílias foram muito receptivas possibilitando que 54 entrevistas fossem realizadas. Diferentes temas foram contemplados no roteiro de entrevistas buscando a construção do perfil das comunidades, contudo, para essa pesquisa foram selecionados os dados referentes às tecnologias utilizadas e suas diferentes formas de uso nas comunidades.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A primeira referência encontrada nos dados para o termo tecnologia remete às Tecnologias de Informação e Comunicação que são utilizadas nas comunidades. Foi possível perceber que os domicílios contam com energia elétrica o que possibilita o uso de alguns aparelhos voltados para o acesso à informação, como aparelhos televisores e rádios. Como se tratam de comunidades nas zonas rurais, o uso de aparelhos televisores exige a adoção de antenas refletoras para recepção de sinal via satélites (antenas parabólicas). Foi possível observar que muitas residências onde haviam aparelhos televisores, também dispunham de antenas parabólicas.

Também houve a ocorrência de outras tecnologias como apresentado na Tabela 2. Grande parte das famílias possui em sua propriedade pelo menos um aparelho celular, contudo, ainda foi possível verificar a incidência de telefone fixo, computador ou notebook e acesso a internet em uma pequena parte dos respondentes.

Figura 2: Acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação disponíveis:

Tecnologias	Ocorrências
Telefone fixo	1
Telefone celular	44
Computador	3
Acesso à internet	3
Notebook	4
Total	55

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados na pesquisa.

Foi possível observar também que a finalidade do uso de tais tecnologias está comumente relacionada à comunicação e ao acesso a notícias e entretenimento. É perceptível o sentido atribuído aos sujeitos para essas tecnologias: elas lhes transferem uma segurança quanto à sua inclusão social por estarem cientes do que acontece pelo mundo e em seu Estado.

Contudo, não há uma discussão crítica sobre os conteúdos transmitidos ou sua intenção. Também não foi possível identificar a preocupação de que tais informações sejam compartilhadas entre todos os membros da comunidade.

Ainda no que se refere às tecnologias anteriormente citadas, não foi possível identificar a utilização para fins de trabalho ou de acesso à informações que alterassem a relação entre indivíduo, sua força de trabalho e a terra.

TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTAS DE TRABALHO

Além das Tecnologias da Informação e Comunicação, outras tecnologias também têm grande importância para as famílias entrevistadas por terem seu uso vinculado à sua força de trabalho: as ferramentas utilizadas pelos sujeitos em seu ofício no campo. A Tabela 3 apresenta algumas das ferramentas ou instrumentos utilizados no preparo da terra, plantio e colheita.

Figura 3: Ferramentas/instrumentos utilizados nas atividades agrícolas

Ferramentas	Ocorrências
Equipamentos manuais	43
Tração animal	5
Equipamentos mecânicos	16
Tecnologias eletrônicas	0
Total	64

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados na pesquisa.

A grande maioria das ferramentas utilizadas são equipamentos manuais, tais como: faca, facão, foice e enxada. Em seguida vêm os equipamentos mecânicos como tratores, bomba d'água, motosserra, entre outros. No entanto, tais equipamentos são observados em apenas em algumas famílias, como na comunidade Cedral ao qual é usado para a produção da farinha de mandioca, dita como "farinheira" pelos moradores e no Raizama como pasteurização do leite de vaca.

Nas observações realizadas foi possível notar que as famílias agricultoras têm problemas em aproveitar as sobras dos produtos cultivados e até as sobras dos alimentos consumidos, uma vez que nos assentamentos/comunidades não há saneamento básico nem coleta de lixo.

Nesse sentido, foi possível identificar algumas iniciativas e práticas no aproveitamento das sobras como produção de ração para os animais, adubo para as plantas e complemento alimentar. Entretanto, esses aproveitamentos acontecem de forma natural sem maior preocupação com o tratamento de tais materiais.

Por fim, identificou-se também, no que diz respeito às tecnologias sociais que a maioria das famílias não tem acesso a mesma, induzindo com isso, a um entendimento de todo ruim, uma vez que

a tecnologia social serve como importante elemento viabilizador, no plano tecnológico, de um estilo alternativo de desenvolvimento humano.

POLÍTICAS PÚBLICAS

O acesso às políticas públicas, no que se refere às assistências sociais, foi verificado uma grande ocorrência de casos nos quais os atores tem acesso ao programa de transferência de renda condicionada “Bolsa Família” e a Aposentaria Rural, o que fica evidenciado na Figura 4. Isso demonstra que em relação à Bolsa família, presume-se que há famílias em situação de pobreza nas comunidades pesquisadas. Segundo o Ministério do Desenvolvimento o Bolsa Família serve para transferência de renda promovendo o alívio imediato da pobreza, reforçando o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social (BRASIL, 2013).

Figura 4: Políticas Públicas que as famílias têm acesso

Políticas Públicas	Ocorrências
Bolsa Família	17
Auxilio Doença	2
Pensão	2
Seguro Desemprego	1
Aposentadoria	10
Bolsa Pescador	1

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados na pesquisa.

Em relação à Aposentadoria Rural, verificou-se que uma sensível ocorrência de famílias vivem somente com esse incremento de renda sem necessariamente, se apoiar na agricultura. Nesse sentido foi observado que essas famílias plantam apenas para subsistência própria, comercializando algumas vezes somente o excedente, com sua vizinhança.

Figura 5: Maneira Como as Famílias se Relacionam

Políticas Públicas	Ocorrências
Associação de Pequeno Produtor	11
Igreja	10
Colônia de Pescador	1
Cooperativa Sicred	1
Assentamento	1
Associação	1
Sindicato dos Produtores rurais	1
Cooperosário	3

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados coletados na pesquisa

Tendo como base a importância das interações locais para o desenvolvimento destas comunidades, a pesquisa buscou identificar as características do meio no qual os atores locais interagem com o intuito de estruturar ações que possam fortalecer estes laços, evidenciou-se que os mesmos interagem entre si através da Associação local e da Igreja (missas e festividades), ou seja, eles se reúnem quando é oportuno nas associações, mas eles se comunicam com mais efetividade nos cultos e momentos religiosos.

É interessante destacar que a interação entre as famílias é positiva no sentido de receptividade, facilitando o estudo sobre os mesmos e a implantação de ações voltadas à extensão rural, sobretudo as relativas às tecnologias ao qual é o foco da presente pesquisa.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve por objetivo fornecer subsídios para as práticas extensionistas em comunidades rurais do Município de Rosário Oeste-MT no que se refere ao uso das tecnologias. Sendo assim, pode-se inferir que são necessárias ações que visem à apropriação das tecnologias já disponíveis nas comunidades (como tecnologias de informação e comunicação, também como as tecnologias entendidas como ferramentas de trabalho) de uma forma emancipadora e criativa que auxiliem na melhoria das condições de vida das famílias e de toda a comunidade.

Além disso, foi possível perceber um campo fértil para o trabalho de tecnologias sociais que despertem nos indivíduos a consciência do trabalho coletivo e da força da comunidade no rompimento das barreiras individuais e limitações impostas pelas próprias condições econômicas locais. Aparentemente, ações voltadas para tecnologias sociais que auxiliem no saneamento básico, aproveitamento de resíduos, sustentabilidade, comercialização de produtos e empreendedorismo rural são ações que podem trazer benefícios para as comunidades possibilitando maior proximidade à realidade local.

Já em relação às Políticas Públicas presentes nas comunidades, o que mais se destacou foi à existência de programas de transferência de renda condicionada como o caso do bolsa família e a aposentadoria rural apresentando como as políticas públicas necessárias para a manutenção e o empoderamento dos atores locais. Nesse sentido essas políticas tem se mostrado como uma alternativa, tendo contribuído para a composição do orçamento familiar.

Considera-se que as comunidades estudadas formam campos férteis de pesquisa e extensão e que se apresentam abertas para compartilhar com alunos e professores seus conhecimentos, cultura e práticas locais no fortalecimento da aprendizagem de todos.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério da Educação – MEC, que por meio do edital PROEXT-2013 financiou a pesquisa realizada nas comunidades rurais no Município de Rosário Oeste – MT.

REFERÊNCIAS

BRASIL.MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> . Acesso em: 1 ago. 2013.

CANAVESI, F. C. **Tecnologias para quê e para quem?** Um estudo da relação entre tecnologia agrícola e poder em assentamentos rurais no norte do Espírito Santo. 2011. 235f. Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós- Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/ UFRJ. Rio de Janeiro, 2011.

CELINA, C.. **Entendendo a Extensão Rural**. Disponível em: <http://www.emater-ro.com.br/arquivos/publicacoes/13042011110552.pdf> . Acesso em 4 jul. 2013.

FREITAS, A. F.; DIAS, M. M.; FREITAS, A. F. O programa nacional de desenvolvimento sustentável de territórios rurais: a indução de territorialidades à ação pública. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v.3 n. 6, p. 27 – 58 jul./dez. 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOFLING, E. M. Estado e Políticas (públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, São Paulo, p. 30 – 41, ano 21, n. 55, nov./2001.

JUNIOR, A. E. L *et al.* **Tecnologia social uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2007.

MOURA, R. C. O. **Políticas de fortalecimento da agricultura familiar como eixo de desenvolvimento sustentável: uma proposta de formação de multiplicadores abordando a importância das tecnologias da informação e comunicação dentro das áreas da agricultura familiar**. Disponível em: http://www.iica.int/esp/regiones/sur/brasil/lists/documentostecnicosabertos/attachments/406/rossana_coely_-_nead_-_fortalecimento_agricultura_familiar.pdf . Acesso em: 26 jul.2013.

MEDEIROS, R. A. **Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o programa de aquisição de alimentos (PAA)**. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/221.htm> Acesso em: 20 fev. 2013.

NASCIMENTO, C. G. Políticas “públicas” e educação do campo: em busca da cidadania possível? **Revista Travessias**, Cascavel- PR, v. 03, n. 03, p. 178 – 198, 2009.

RODRIGUES, I.; BARBIERI J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.42, n.6, p.1069-94, nov./dez. 2008.

SANTOS. F. F; SANTOS, J.L. **Tecnologias em assentamentos de reforma agrária em sergipe e seus rebatimentos sociais**. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1337_2.pdf . Acesso em: 26 jul. 2013.

SECCHIM, D. N.; PETTENE, H. **O papel do estado na materialização das políticas Sociais.**

Disponível em: <http://www.univen.edu.br/revista/n013/o%20papel%20do%20estado%20na%20materializa%20c7%20c3o%20das%20pol%20ticas%20sociais.pdf>

Acesso em: 22 fev. 2013.

SILVA, S. P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento Territorial. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 16, n. 58, 2011.

SOUZA, C. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45 jul/dez 2006.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo : Atlas, 2009.